



A AGRICULTURA E A PECUÁRIA

A agricultura é uma atividade extremamente

importante em razão de seus dois principais objetivos: produzir alimento para a população e fornecer matérias-primas para transformação industrial. A pecuária — definida como a criação de determinados rebanhos com fins exploratórios — alia a esses mesmos objetivos o de produzir animais para tração (energia), transporte, pesquisa (cobaias) e aproveitamento em certas áreas da medicina.

ATORES QUE INTERFEREM NA AGROPECUÁRIA

A agropecuária, em qualquer parte do planeta, sofre a influência de três fatores: o físico (os elementos do quadro natural), o humano (a mão-de-obra utilizada) e o econômico, que, além da questão da propriedade da terra, abrange o grau de investimento aplicado na produção.

Em regiões mais pobres ou atrasadas, onde esse investimento é reduzido, a agropecuária depende muito das condições do meio, pois os produtores não dispõem de recursos (capital e tecnologia) para anular ou pelo menos amenizar os efeitos negativos da natureza sobre a lavoura e a criação. Como o investimento em equipamentos mecânicos também é baixo, a mão-de-obra é utilizada em larga escala.

Os sistemas agropecuários

De acordo com o predomínio de um dos três fatores — terra, trabalho e capital —, o desenvolvimento da atividade agropecuária classifica-se em três sistemas principais.

a) Sistema extensivo (predomínio do fator terra)

Observa-se nas regiões subdesenvolvidas do globo, onde a produção está diretamente relacionada com a extensão da área utilizada, pois não conta com investimentos de capital e tecnologia. Economicamente, apresenta baixa produtividade.

A agricultura extensiva é praticada de diversas formas, destacando-se a agricultura itinerante ou roça tropical: o agricultor ocupa uma área verde adotando procedimentos primitivos, como o desmatamento e a queimada; isso provoca esgotamento precoce do solo, o que leva o agricultor a mudar-se para nova área, onde repetirá o processo.

Quanto à pecuária extensiva, caracteriza-se pela criação de rebanhos numerosos, que vivem soltos, normalmente sem tratamentos especiais — o que requer pouca mão-de-obra. Dispersos em grandes áreas com pastagens naturais (em geral em solos pobres ou esgotados), os animais procuram o próprio alimento. Seu constante deslocamento pelo terreno afeta a qualidade da carne (tornando-a rija e cheia de músculos), a qual também costuma ser prejudicada pela falta de cuidados com a higiene e a saúde.

b) Sistema intensivo de mão-de-obra (predomínio do fator trabalho)

Observa-se em regiões subdesenvolvidas onde a grande densidade demográfica favorece a ampla utilização de mão-de-obra na agricultura.

É comum no Sudeste Asiático e no Extremo Oriente, onde recebe o nome de agricultura de jardinagem.

c) Sistema intensivo (predomínio do fator capital)

Observado nos países desenvolvidos e em algumas regiões de países subdesenvolvidos, tem o objetivo econômico de atender às necessidades do

mercado consumidor interno e externo, fornecendo alimentos e matérias-primas industriais.



Na produção agrícola, corresponde à agricultura moderna ou comercial, desenvolvida com larga aplicação de capital e recursos técnicos, pouca mão-de-obra (normalmente assalariada), em propriedades de qualquer tamanho — pequeno, médio ou grande. São comuns a mecanização, o uso de fertilizantes, o combate à erosão e às pragas, a seleção de sementes, etc.

A pecuária intensiva geralmente abrange pequenos rebanhos, criados em pequenas áreas e submetidos a muitos cuidados com higiene e saúde, que requerem maior quantidade de mão-de-obra. Embora o custo da criação seja elevado, é compensado pelo lucro obtido com a alta produtividade: o objetivo é criar o melhor animal no menor tempo e pelo menor custo. Para isso, investe-se também na aplicação de métodos zootécnicos.

A AGRICULTURA E A BIOTECNOLOGIA



A ciência, que há tempos contribui com a pecuária para a obtenção de animais de melhor qualidade, mais recentemente vem ampliando as pesquisas da biotecnologia ou engenharia genética voltadas para o setor agrícola, com o desenvolvimento em diversos países de produtos conhecidos como transgênicos. Trata-se de vegetais geneticamente modificados (por exemplo, com a inserção no seu DNA de genes de outras espécies), de modo a se tornarem mais

resistentes à ação dos agrotóxicos utilizados no seu cultivo e aos insetos.

Já foram desenvolvidas sementes transgênicas para diversos produtos agrícolas, como soja (cujo cultivo é o que mais tem utilizado esse tipo de recurso), arroz, tomate, laranja, milho e batata. Entretanto, apesar dos argumentos favoráveis à biotecnologia agrícola — maior produtividade, alimentos mais nutritivos e saudáveis —, há reações negativas da parte de consumidores e ambientalistas. Primeiro porque não foi comprovado que os transgênicos não afetam a saúde humana; segundo porque, sendo resistentes à ação dos agrotóxicos, eles induzem a um aumento do uso de herbicidas, inseticidas e fungicidas que podem contaminar facilmente os solos e as águas.

Assim, exige-se que os transgênicos sejam claramente rotulados, para que a população não os consuma à revelia, sem estar informada. No Brasil, até meados de 2002, só se havia aprovado um produto agrícola geneticamente modificado (a soja RR), cuja comercialização enfrentava problemas judiciais.

Exemplos de métodos zootécnicos

Aclimatação – adaptação assistida do animal proveniente de uma área climática diferente.

Cruzamento – acasalamento de animais da mesma espécie, porém de raças diferentes, para a produção de cria com as qualidades dominantes de ambas.

Seleção – cruzamento de animais selecionados entre os melhores da mesma raça, visando a produzir cria com suas qualidades acentuadas.

Hibridação – cruzamento entre espécies diferentes, produzindo um animal híbrido, quase sempre estéril.

Inseminação – reprodução que dispensa a "monta", sendo feita com sêmen extraído de reprodutores selecionados, congelado e armazenado.

A AGRICULTURA NO BRASIL

Embora atualmente a maior parte da produção econômica brasileira esteja concentrada na atividade industrial, a agricultura, que sempre foi muito importante no país, ainda ocupa um lugar de destaque:

- emprega mais de 20% da mão-de-obra ativa, gerando empregos nas áreas de transporte, armazenagem e transformação de produtos, comércio, etc.;
- fornece alimentos à população e matérias-primas para os mais diversos setores industriais, como o alimentício, o energético, o têxtil, entre outros;
- produz cerca de 25% da renda das exportações nacionais.

As exportações agrícolas

No âmbito das exportações brasileiras, a agricultura é responsável atualmente pela geração de cerca de 25 bilhões de dólares anuais.

Os principais mercados para os quais exportamos agroprodutos são a União Européia (que absorve aproximadamente 45% do total das nossas vendas) e os Estados Unidos (que absorvem aproximadamente 11%). Por isso, sempre que um deles cria problemas, como a aplicação de sobretaxas aos produtos agrícolas, ou levanta alguma barreira por questionar a qualidade dos produtos pecuários, nossa economia sofre prejuízos bastante acentuados.

Recentemente passamos a atender mais um importante mercado importador de bens agrícolas: o bloco econômico-comercial do Mercosul, em que o Brasil tem como parceiros a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. O intercâmbio com esses países, no entanto, não é tão atraente, pois eles também são produtores da agropecuária.

A PECUÁRIA NO BRASIL

Apesar de alguns rebanhos brasileiros estarem entre os maiores do mundo, a pecuária é pouco significativa para a economia do país.

Dada a carência alimentar (sobretudo protéica) da população, essa atividade deveria ser alvo de grandes investimentos; contudo prevalece a criação extensiva, realizada de forma tradicional, sem o uso de técnicas.

Vários problemas atingem a maior parte dos rebanhos:

- baixa qualidade;
- baixa fertilidade (devida à alimentação e ao manejo deficientes);
- grande incidência de doenças;
- alta mortalidade, principalmente de animais jovens;
- crescimento retardado das crias por perdas de peso nas estiagens e por alimentação incompleta;
- perdas de peso ou morte nas viagens entre as áreas de produção, engorda e abate;
- baixa rentabilidade, que impede a introdução de métodos zootécnicos;
- dificuldades de mercado no Brasil e dificuldades de exportação.



OS PRINCIPAIS REBANHOS BRASILEIROS

O Brasil é o segundo produtor de gado bovino do mundo, perdendo apenas para a Índia, que tem 210 milhões de cabeças. Destaca-se também pelo rebanho suíno, do qual é o terceiro produtor mundial, sendo precedido pela China e os Estados Unidos. Veja no quadro da página seguinte outros dados sobre esses e outros rebanhos nacionais.

EXPLORAÇÃO DOS SOLOS BRASILEIROS

A concepção de que o Brasil é um paraíso agrícola, no qual "em se plantando, tudo dá", não está de acordo com o quadro natural do país: os solos férteis são relativamente raros e muito vulneráveis à ação do clima quando desmatados.



Nas áreas de clima equatorial, a grande quantidade de chuvas provoca a lixiviação (lavagem) dos solos e deles retira a fina camada fértil, deixando expostas as camadas pobres em nutrientes. Nas áreas de clima tropical, a alternância de uma estação seca prolongada com uma estação chuvosa favorece a latinização dos solos (grande concentração de hidróxido de ferro e alumínio na superfície), que dificulta o seu aproveitamento.

Ocorre que, por muito tempo, ignorou-se que a utilização dos solos nessas áreas exige cuidados especiais, pesados investimentos e planificação adequada. Assim, historicamente, desenvolveu-se no Brasil uma agricultura extensiva, com pouca utilização de adubos e fertilizantes, sem combate acional às pragas e à erosão. Resultado: baixo rendimento por hectare, com vastos espaços, antes férteis, abandonados ou transformados em áreas de pastagens.

A desertificação

Um sério problema ambiental, típico das áreas de climas áridos e semi-áridos, o processo de modificação da paisagem denominado desertificação que se caracteriza pela rápida redução (e até eliminação) da vegetação, com conseqüente empobrecimento (e até esterilização) do solo.

Embora seja acentuado pelo clima, esse fenômeno na verdade resulta da ação humana — de desmatamento acelerado, queimadas, plantio em áreas de declive (que acelera a erosão), entre outras práticas inadequadas, ligadas à agricultura itinerante, à expansão das áreas de pecuária extensiva ou a métodos de garimpagem primitivos.



No Brasil existe uma área no interior do "polígono da seca" (no sertão do Nordeste) que já vem apresentando diversas características da desertificação. Somadas aos problemas climáticos (chuvas escassas e distribuídas irregularmente durante o ano), as precárias condições econômicas a população local refletem-se no comprometimento do solo, que é prejudicado pelas queimadas, pela pecuária extensiva de bovinos (que o pisoteiam) e caprinos (que arrancam os pastos com as Raízes), bem como pelo desmatamento indiscriminado para obtenção de lenha (empregada como fonte de energia doméstica).

A ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Na agricultura brasileira destacam-se duas questões relacionadas ao aspecto econômico: a propriedade da terra e o investimento na produção.

A primeira delas é provavelmente a mais grave, pois influi tanto na oferta de empregos/ no nível de remuneração e na qualidade de vida e trabalho da população rural, como na produção e na produtividade agrícola nacional.

A nossa estrutura fundiária — ou seja, a forma como se distribuem as propriedades rurais — é extremamente concentradora. Isso significa que pouca gente possui muita terra, muita gente possui pouquíssima terra e muito mais gente não possui terra nenhuma.

Estrutura fundiária do Brasil				
Área das propriedades (em hectares)	Estabelecimentos		Área total	
	Imóveis	%	Hectares	%
Menos de 10	947.408	31,6	4.615.909	1,4
De 10 a menos de 100	1.681.411	54,1	54.667.740	15,8
De 100 a menos de 1.000	393.615	12,8	106.323.690	30,7
1.000 ou mais	43.956	1,5	165.756.662	52,1

Os valores extremos são bastante representativos dessa concentração:

- há 50.566 propriedades com menos de 1 hectare, que ocupam, no total, 25.827 hectares. Cada uma delas ocupa em média meio hectare, ou seja, a metade da área de um campo de futebol;
- há 75 propriedades com mais de 100.000 hectares, que ocupam no total, 24.047.669 hectares. Cada uma delas ocupa em média uma área equivalente a 320.000 campos de futebol.

A subocupação do espaço rural, no caso dos latifúndios, e a ocupação com atividades improdutivas, no caso dos minifúndios, implicam pequena absorção de mão-de-obra e oferta precária de produtos para o mercado. Juntos, esses dois fatores favorecem a desvalorização do trabalho e a especulação de preços.

A MÃO-DE-OBRA

A agricultura brasileira emprega cerca de 17 milhões de trabalhadores, o equivalente a 24% da população economicamente ativa.

Duas características marcantes dessa mão-de-obra são o elevado grau de subnutrição e o analfabetismo (atinge aproximadamente 40% da população rural). Ambas interferem na produtividade, pois o trabalho no campo requer força física e saúde, além de informação ao menos em níveis elementares.



Um dos mais sérios problemas no quadro social e econômico da agricultura brasileira é a baixa qualidade da mão-de-obra empregada, que se reflete em uma baixa produtividade e mantém precárias as condições de vida do homem do campo.

As relações trabalhistas

Existem diversos regimes de trabalho no meio rural brasileiro, sendo comum os lavradores atuarem de pelo menos duas formas ao mesmo tempo.

De acordo com o regime de atuação, os trabalhadores rurais classificam-se como:

- posseiros - instalam-se em terras que não lhes pertencem legalmente, ou seja, terras devolutas (do governo) ou de terceiros.

- parceiros - trabalham na terra de outra pessoa, em troca de parte da produção obtida; quando essa parte corresponde a 50%, o trabalhador é chamado meeiro.

- pequenos proprietários - cultivam sua própria terra, para abastecer a família e para negociar no mercado local.

- arrendatários - alugam a terra de alguém, pagando em dinheiro; em geral dispõem de certo capital e de equipamentos.

- assalariados permanentes - moram nas propriedades em que trabalham, mantendo vínculo empregatício, com registro profissional e todos os direitos legais.

Mão-de-obra rural no Brasil		
Condição do trabalhador	Total de trabalhadores	Porcentagem do total
Posseiro	654.615	4,2
Parceiro	366.995	2,3
Pequeno proprietário	2.437.001	15,6
Arrendatário	101.409	0,8
Assalariado permanente	975.150	6,3
Assalariado temporário	6.844.849	44,0
Não remunerado	4.190.152	26,8

- assalariados temporários - são contratados por dia, para realizar tarefa ou empreitada, sem direito a morar na terra; geralmente habitam a periferia das cidades e deslocam-se diariamente para trabalhar no campo.
- não remunerados - são membros do grupo familiar do trabalhador (mulher, filhos e outros dependentes) que o ajudam sem receber pagamento pela atividade.

A QUESTÃO DOS SEM-TERRA

Há hoje no Brasil um contingente de aproximadamente 12 milhões de sem-terra. São 4,8 milhões de famílias de trabalhadores rurais que, não tendo acesso à propriedade, vivem em condições extremamente precárias, obrigando-se a um deslocamento constante pelas fazendas do interior brasileiro em busca de serviço.



Esses números foram levantados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entidade que visa a organizar politicamente a população rural para pressionar o governo a dar uma solução efetiva para o problema. A tática, numa primeira etapa, tem sido ocupar, nas regiões mais críticas, áreas de propriedades consideradas improdutivas, a fim de conseguir sua desapropriação e o assentamento das famílias. O objetivo da segunda etapa seria levar o governo a realizar uma verdadeira reforma agrária, abrangendo todas as terras improdutivas do país.

As características sociais e econômicas dos sem-terra indicam que eles são os habitantes do campo que vivem nas piores condições, o que sem dúvida favorece os movimentos de ocupação e, ao mesmo tempo, exige dos governantes medidas urgentes para minimizar os problemas dessa massa de trabalhadores.

Um problema histórico

A questão dos sem-terra, se é hoje uma das mais sérias que o país tem de enfrentar, nada tem de nova: sua origem remonta às primeiras décadas do século XVI, quando foram implantados os grandes latifúndios monocultores de cana, no período da ocupação colonial do Brasil.

O meio rural praticamente se manteve nas mesmas condições com a instauração do Império e da República. Sua integração ao processo de modernização do país só se iniciou de fato nos anos de 1930, com a crise do café — em parte pela derrocada econômica de antigos proprietários rurais, em parte pelas novas idéias trazidas pelos imigrantes, especialmente europeus.

Na década de 1950 houve uma das primeiras iniciativas de organizar os trabalhadores rurais, no interior da região Nordeste, com a criação das Ligas Camponesas.

Desde aquela época, com a expansão industrial do país, as transformações ocorridas no campo acentuaram os problemas sociais, intensificando o êxodo rural e a luta pela posse da terra. Criaram-se assim as condições para o surgimento dos Movimentos Estaduais dos Sem-Terra (o primeiro deles no Rio Grande do Sul), no final da década de 1970.

Em 1984, as principais lideranças dessas entidades reuniram-se e constituíram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com o

objetivo de organizar em âmbito nacional a luta dos trabalhadores rurais por uma reforma agrária ampla e imediata.

A QUESTÃO DA REFORMA AGRÁRIA

Distribuição dos imóveis improdutivos no país	
Região	% de área improdutiva
Norte	78,8
Nordeste	69,5
Centro-Oeste	62,7

Os dados da tabela mostram que há realmente um grave problema relacionado à propriedade e ao uso da terra no país. As porcentagens de áreas improdutivas reforçam os argumentos daqueles que defendem a urgência de uma reforma no sistema de distribuição de terras como um

caminho para a solução de inúmeras questões ligadas à produção econômica e à melhoria das condições sociais.

Isso traria benefícios não só para os habitantes do meio rural, com a geração de empregos e o acesso à propriedade, mas para a população brasileira como um todo, pois diminuiria a migração para os grandes centros urbanos e as pressões sociais, minimizando inúmeras de suas conseqüências, como a submoradia, o número dos sem teto e a violência urbana.

Os critérios da reforma agrária

O valor de uma propriedade rural não depende necessariamente do seu tamanho. Uma fazenda com metade da área de outra pode até valer mais do que ela, em razão de um conjunto de fatores, tais como: a localização numa região mais favorável à comercialização, a qualidade natural dos elementos da paisagem (em particular a do solo), a existência de infra-estrutura de energia e transporte em torno da propriedade, as benfeitorias nela realizadas, a disponibilidade de capitais para investimentos na produção.

É nesse aspecto do preço da terra, ligado à localização e à fertilidade natural, que reside uma das mais discutidas soluções propostas para a questão agrária no Brasil: na visão de alguns grandes proprietários rurais do Centro-Sul — que são donos das melhores terras do país e não querem perder lucratividade —, o Estado poderia resolver logo o problema dos sem-terra, distribuindo entre eles áreas vazias do extremo ocidental da Amazônia ou trechos paupérrimos do semi-árido nordestino.

Outro aspecto controvertido da questão, que contribuiu para atrasar a concretização de soluções, foi o estabelecimento de uma definição legal para propriedade produtiva. Embora a Constituição de 1988 tenha aprovado o artigo referente à realização da reforma agrária nas terras não produtivas, somente em 1993 o Congresso Nacional oficializou um primeiro critério de produtividade: para ser considerada produtiva, uma propriedade rural deve apresentar, no mínimo, um índice de utilização de 80% da área aproveitável (já descontadas as áreas de reserva vegetal, de mananciais, etc.)

Desde então, as propriedades com aproveitamento abaixo desse índice podem ser desapropriadas para realizar-se a reforma agrária.

O APROVEITAMENTO DO ESPAÇO AGRÍCOLA

As áreas com lavouras, tanto temporárias quanto permanentes, abrangem cerca de 525 mil km², pouco mais de 6% da área total do Brasil. Uma das razões desse subaproveitamento do espaço agrícola é a ausência de uma política agrícola compatível com as exigências da atividade.

Plantar custa caro e envolve riscos de toda ordem; se não há diretrizes capazes de assegurar ao produtor uma rentabilidade que compense o trabalho e o investimento aplicados na terra, para ele é preferível deixá-la ociosa, valorizando-se com o tempo.



As conseqüências desastrosas dos chamados "azares climáticos" na agricultura podem ser reduzidas com a aplicação de tecnologia — por exemplo, irrigação artificial contra a seca ou recursos da biogenética para os vegetais suportarem a geada. Na foto, cafézal afetado pela geada.

A fragilidade das políticas agrícolas adotadas no Brasil disseminou essa preferência entre os proprietários rurais, e vastas áreas cultiváveis transformaram-se em fontes de especulação financeira, enquanto grande parte da população passa fome e, frequentemente, alimentos têm de ser importados.

Os incentivos oferecidos têm privilegiado setores produtivos voltados para o mercado

externo (café, soja, laranja, cana-de-açúcar para a produção de álcool, por exemplo), e as culturas alimentícias, por sua vez, declinam, sequer acompanhando o crescimento da população — o que implica menor oferta, maior procura e, conseqüentemente, elevação de preços.

É comum atribuir-se a precariedade das produções de alimentos brasileiras a fatores climáticos (secas, enchentes, geadas, etc.). Entretanto, embora estes possam provocar estragos, existem recursos para contorná-los, e sabe-se que os fatores mais importantes são de ordem estrutural.

A produção de alimentos envolve várias etapas: plantar, colher, estocar e transportar. Qualquer deficiência numa delas é capaz de comprometer seriamente o abastecimento da população, e no Brasil parece ter-se instaurado quase uma cadeia de comprometimentos:

- os produtores em geral não têm condições de praticar uma agricultura moderna, com uso de maquinários, fertilizantes, etc., portanto a produtividade é baixa;
- os insumos custam caro, e os gêneros alimentícios são subvalorizados no mercado, portanto têm pouca lucratividade;
- falhas no setor de estocagem estimulam o aparecimento do intermediário ou atravessador, que compra do produtor a preços irrisórios e revende a preços bem mais elevados;
- as áreas próximas dos mercados consumidores estão cada vez mais ocupadas com culturas para exportação, empurrando para mais longe a produção dos alimentos — cujo preço final é aumentado pelo repasse dos custos com transporte.



Em resumo, o setor alimentício, sem incentivos e pouco rentável, tem dificuldade para se modernizar, produzir mais e arcar com os custos de transporte — e assim o arroz e o feijão estão cada vez mais afastados da mesa do trabalhador, pelo preço e pela distância.

PRINCIPAIS ÁREAS E PRODUÇÕES AGROPECUÁRIAS BRASILEIRAS

Dada a extensão do território brasileiro e a diversidade de sua produção agropecuária, optamos por seguir a divisão regional, para facilitar o estudo das áreas mais relevantes e a identificação dos seus principais produtos.

REGIÃO SUDESTE

No Sudeste — cuja atividade agrícola se apoiou inicialmente na cultura do café, ainda hoje importante na região —, as áreas de maior destaque na agricultura são: planalto Ocidental Paulista, Triângulo Mineiro, sul de Minas Gerais, Zona da Mata mineira e planície litorânea.



Planalto Ocidental Paulista

Principal área agrícola do Sudeste, apresenta uma agricultura moderna e bastante diversificada, que foi favorecida sobretudo por três fatores:

- as condições naturais — topografia relativamente plana, predomínio do clima tropical de altitude, ocorrência de manchas significativas de terra roxa, etc.
- as implicações do ciclo do café — em particular a imigração e a implantação de infra-estrutura de transportes, naquele período. A entrada de imigrantes em larga escala, no século XIX e início do XX, impulsionou a adoção de novas técnicas e cultivos; a necessidade de escoamento da produção cafeeira a custos acessíveis determinou o incremento das vias férreas e do sistema portuário, os quais serviram de base para a expansão de outras culturas.
- o crescimento da indústria no estado de São Paulo — como parque industrial, fornecendo insumos à agricultura e consumindo matérias-primas agrícolas, e como impulsionador do intenso crescimento urbano, que ampliou o mercado consumidor dos produtos agrícolas.

Entre as produções locais, as de maior valor econômico são o café, a cana-de-açúcar e a laranja — devendo-se mencionar que a região também produz chá, milho, arroz, algodão e banana.

a) O café chegou a São Paulo em meados do século XIX, pelo do vale do Paraíba, passando pela região de Campinas e alcançando o norte e o oeste paulista (zonas de Ribeirão Preto, Presidente Prudente, Marília e Assis).

O produto liderou a pauta das exportações brasileiras até as primeiras décadas do século XX e transformou São Paulo no mais poderoso estado da federação, gerando acumulação de capitais, infra-estrutura, mercado e divisas, importantes para o processo de industrialização.

Por mais de meio século, o café comandou a economia do país e resistiu a diversas crises, mas não pôde contornar os efeitos da crise mundial de 1929, que afetou em especial os Estados Unidos, que eram o nosso principal comprador desse produto. A partir daí, a agricultura brasileira diversificou-se, e o café nunca mais readquiriu a mesma importância.



b) A cana-de-açúcar invadiu o planalto Paulista a partir da década de 1930, roubando terreno às culturas tradicionais, como o algodão e o café. O monopólio histórico do Nordeste foi quebrado, e as melhores condições estruturais logo levaram São Paulo à liderança no setor, com crescente participação de centros como Ribeirão Preto, Araraquara, Piracicaba, São Carlos e Jaú no processo nacional de produção e exportação açucareira.



A implantação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), em meados da década de 1970, para fazer frente à crise do petróleo, consolidou a posição paulista: com o argumento de que não haveria tempo nem dinheiro para plantar cana em regiões menos férteis e montar novas usinas, o governo federal optou por investir na expansão das áreas produtoras do Nordeste e do Sudeste, e mais da metade dos investimentos foram dirigidos a São Paulo.

Na década de 1980, a cana foi o principal cultivo do estado, que, utilizando tecnologia avançada e obtendo alta produtividade por hectare, nos primeiros anos da década de 1990 concentrava cerca de 45% do total das áreas plantadas com cana-de-açúcar no país e respondia por mais de 50% do total colhido — quase 140 milhões de toneladas.

As crises enfrentadas pelo Proálcool, no entanto, afetaram a manutenção de tal estrutura, e hoje a produção canavieira paulista vai gradativamente perdendo espaço para produtos com maior significado econômico, como algodão, soja, etc.

c) O cultivo de laranja começou a expandir-se em 1985, sobretudo por estar ligado à indústria de suco: ganhou espaço e importância num período relativamente curto, na esteira de problemas climáticos (geadas, secas) que abalaram a produção norte-americana. Grandes produtores e consumidores de cítricos, os Estados Unidos recorreram à laranja brasileira para suprir as necessidades do seu mercado.

Sendo uma atividade agroindustrial, a produção de laranja propiciou uma longa fase de prosperidade às cidades e populações a ela ligadas. Mas a riqueza vinha de um só produto — a laranja — e de um só mercado — o norte-americano. Situação semelhante já se havia observado anteriormente por aqui (como no auge do café no vale do Paraíba), portanto o resultado era previsível: as crises econômicas que se iniciaram na década de 1990, afetando em especial a agricultura, puseram fim à euforia.



Na atividade pecuarista, o planalto Ocidental Paulista também ocupa posição de relevo, pela criação de bovinos de diferentes raças (especialmente a nelore), com o domínio de uma pecuária rica — seja nos moldes do sistema intensivo, com muito investimento, seja no sistema extensivo, porém com grande aplicação de métodos zootécnicos.

As demais áreas agrícolas do Sudeste

Nas outras áreas da região, a atividade agrícola não possui tanta diversidade e força quanto no planalto Ocidental Paulista, apresentando-se especializada em algumas produções. Veja o quadro:

Região	Produção predominante
Sul e Zona da Mata de Minas Gerais	o principal produto agrícola é o café além de uma tradicional pecuária leiteira
Triângulo Mineiro	cereais, como arroz e milho, e há uma atividade pecuarista importante, concentrada na criação extensiva do gado nelore, com grande aplicação de zootecnia
Planície litorânea, no norte do Rio de Janeiro (baixada de Goitacases, na região de Campos)	cana-de-açúcar
Litoral Sul de São Paulo (baixada do Ribeira)	banana e chá
Vale do Paraíba	predomina a cultura do arroz e há uma importante criação de gado leiteiro
Norte de Minas Gerais e vale do Jequitinhonha	pecuária de bovinos extensiva e pobre

Nas proximidades dos grandes centros urbanos, particularmente circundando a Grande São Paulo, há um importante cinturão verde, que produz hortifrutigranjeiros para consumo local e regional. Esse cinturão vem se afastando gradativamente, por causa da especulação imobiliária em torno das regiões mais urbanizadas.

REGIÃO SUL

A ocupação do espaço agrícola do Sul do Brasil começou com as grandes fazendas de pecuária formadas na região da campanha. A partir do século XIX, com as correntes imigratórias, a paisagem passou a caracterizar-se também, nas áreas de concentração de colonos, pelas pequenas propriedades policultoras (com regime de trabalho familiar) e por produções típicas de clima temperado, como o trigo e a uva, visando ao abastecimento do mercado interno brasileiro, sobretudo o regional.

A expansão da soja nas últimas décadas tem provocado profundas alterações nesse quadro agrário tradicional. As propriedades cresceram em tamanho, mecanizaram-se e passaram a privilegiar o mercado externo, transformando o Sul em área de repulsão populacional (encontram-se hoje agricultores sulinos nas mais longínquas frentes pioneiras do Norte e do Centro-Oeste).

Apesar desses problemas, é inquestionável a importância agrícola do Sul, de onde saem cerca de 70% da soja e do trigo produzidos no país, 65% da uva e quase a metade do milho e do arroz.

Entre as principais áreas e produções agrícolas de cada estado, destacam-se:

- no Paraná - o norte (tradicionalmente dominado pelo café e o algodão), pela expansão da soja e da cana-de-açúcar; a porção central e oeste, pela cultura do milho (junto com a criação de suínos) e da soja.

- em Santa Catarina - as áreas de colonização imigrante, como o vale do rio Itajaí, pelas culturas de arroz e fumo, e o vale do rio do Peixe, pela produção de milho e a criação de suínos. O desenvolvimento da agricultura no estado é prejudicado pelo predomínio da estrutura minifundiária, que por vezes limita as transformações tecnológicas e, conseqüentemente, a expansão agrícola.

- no Rio Grande do Sul - as encostas serranas em

torno de Caxias do Sul e Garibaldi, com a cultura da uva; a região de Santa Cruz do Sul, com a cultura do fumo; a área da depressão central, com a cultura do arroz; e o noroeste, onde dominam a soja e o trigo. No sul do estado, na área da campanha, concentra-se uma tradicional pecuária de bovinos e ovinos, praticada no sistema extensivo, mas com animais de boa qualidade.

REGIÃO NORDESTE

A atividade agrícola é a mais importante do Nordeste. As sub-regiões apresentam atividades muito diversas, tanto em termos de produção como de organização do espaço agrícola, em razão do clima e das condições estruturais.

Zona da Mata

Corresponde à orla oriental atlântica, que se estende do Rio Grande do Norte ao sul da Bahia. Foi o primeiro espaço agrícola a ser ocupado na região, com a cultura da cana-de-açúcar, que lá encontrou condições naturais favoráveis à sua expansão (como o fértil solo argiloso de massapé e o clima tropical, muito úmido).



Predominam as grandes propriedades e a monocultura voltada para o mercado externo, particularmente nas áreas produtoras de cana-de-açúcar (ainda hoje o principal produto da região), de maior expressão em Pernambuco.

É importante também a produção de cacau no sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna).



Observando a região nordestina de leste para oeste, temos: a Zona da Mata (extremamente úmida), o Agreste (semi-úmido), o Sertão (semi-árido) e o Meio-Norte (bastante úmido).

Agreste

Constitui uma faixa paralela à costa, entre a Zona da Mata e o Sertão (a leste do topo da chapada de Borborema), menos úmida que a primeira. Dominam as pequenas propriedades policultoras, dedicadas sobretudo à produção de gêneros alimentícios: milho, mandioca, feijão, batata, frutas, café, fava, etc. Planta-se também algodão e sisal ou agave (fibra têxtil).

O Agreste apresenta importantes centros urbanos, como Caruaru Pernambuco), Campina Grande (Paraíba) e Feira de Santana (Bahia).



No contexto socioeconômico regional, tem a função de abastecer a maior parte dos itens alimentícios consumidos na Zona da Mata, cujas terras são utilizadas na lavoura comercial.

Sertão

O principal plantio comercial do Sertão é o do algodão arbóreo, de fibras longas, cujo maior produtor é o Ceará.

Nas áreas mais úmidas (em geral os sopés das chapadas), desenvolve-se a policultura de subsistência, na qual sobressaem as produções de milho, feijão e mandioca, destacando-se a região de Cariri, no Ceará, junto à chapada do Araripe.

Ao longo do São Francisco, o único rio perene da região, pratica-se uma agricultura que depende de programas de irrigação (cebola, frutas, arroz, etc.). Orientados pelo Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS) e pela Companhia do Vale do São Francisco (Codevasf), tais programas estão aquém das necessidades locais, e os seus melhores resultados são observados em áreas como Morada Nova (Ceará), Juazeiro (Bahia), Petrolina (Pernambuco) e Souza (Paraíba).

Em toda essa sub-região pratica-se uma pecuária de baixa qualidade, num sistema denominado ultra-extensivo (investimento quase nenhum), com predomínio de bovinos e grande número de caprinos e asininos (jêgues).

Meio-Norte

Nessa sub-região nordestina, que engloba o Piauí e o Maranhão, destaca-se a cultura comercial do arroz, desenvolvida sobretudo às margens dos rios Parnaíba, Mearim e Pindaré, e uma pecuária de bovinos extensiva e pobre, praticada principalmente no sul dos dois estados.

REGIÕES CENTRO-OESTE E NORTE

A participação da agricultura do Centro-Oeste no total das produções regionais vem aumentando. As principais áreas agrícolas são:

- Região de Campo Grande e Dourados (MS) - destacam-se as produções de soja, milho, amendoim e trigo.
- Mato Grosso de Goiás – ocupa uma zona cortada pelos altos cursos de afluentes dos rios Araguaia, Tocantins e Paranaíba. A presença de solos semelhantes à terra roxa, de São Paulo, e a estrada de ferro Centro-Oeste propiciaram o desenvolvimento agrícola da área, que apresenta como principais produtos: soja, algodão, milho, arroz e feijão.
- Vale do Paranaíba (GO) - a presença de solos vermelhos favorece o desenvolvimento agrícola de municípios como Itumbiara e Goiatuba, com o cultivo de algodão, amendoim e principalmente arroz.
- Área do cerrado - abrange terras de todos os estados da região, nas quais se pratica, em grandes propriedades, a pecuária extensiva de bovinos, com destaque para os estados de Goiás e Mato Grosso, que juntos abrigam 15% do rebanho nacional. Também se criam eqüinos, porém em menor proporção.
- Pantanal (MS) – tradicional área pecuarista, onde se pratica uma pecuária Ultra-extensiva baixa qualidade, com numerosos rebanhos de bovinos e bufalinos.



A região Norte é a que tem a menor participação na agricultura do país. Os seus produtos principais vêm de áreas restritas, ligadas à imigração (sobretudo de japoneses), a incentivos governamentais fornecidos pela antiga Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) ou à criação de pólos de desenvolvimento.

Entre as áreas agropecuárias mais importantes estão as seguintes:
(imagem mapa 5)

- Zonas Bragantina, Guajarina e do Salgado (próximas a Belém) - destacam-se as produções de pimenta-do-reino e malva.
- Várzeas do rio Amazonas, entre os rios Negro e Xingu - apresentam as maiores produções de juta da região.
- Frentes pioneiras de Rondônia (com marcante presença de migrantes da região)

Sul) - tem-se destacado a produção de grãos, como a soja e o milho.

- Campos de Roraima - são utilizados para a criação extensiva de bovinos e eqüinos.
- Ilha de Marajó – concentra cerca de 90% do rebanho bufalino do país.